



O PROTAGONISMO DOS JOVENS SECUNDARISTAS NA OCUPAÇÃO DA ESCOLA ISRAEL PINHEIRO

THE PROTAGONISM OF YOUNG HIGH SCHOOL STUDENTS IN OCCUPATION AT ESCOLA ISRAEL PINHEIRO

EL PROTAGONISMO DE LOS JÓVENES ESTUDIANTES DE SECUNDARIA EN LA OCUPACIÓN DE LA ESCOLA ISRAEL PINHEIRO

 **Astrogildo Fernandes da Silva Júnior**
Doutor em Educação

Universidade Federal de Uberlândia - UFU 
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
silvajunior_af@yahoo.com.br

 **Franciele Amaral Rodrigues dos Santos**
Doutoranda em Educação

Universidade Federal de Uberlândia - UFU 
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
ars.franciele@hotmail.com

Resumo: O presente artigo aborda a temática do protagonismo dos jovens no contexto da ocupação das escolas públicas no ano de 2016. A pesquisa tem o objetivo de analisar as contribuições da experiência das ocupações secundaristas, como forma de luta para formação histórica e cidadã crítica dos jovens estudantes do ensino médio. O cenário da pesquisa foi a Escola Estadual Israel Pinheiro, localizada na cidade de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais, no Brasil, ocupada pelos estudantes, como forma de protestos contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC/55), a Medida Provisória (MP/746) e o projeto Escola Sem Partido (ESP). Foi realizado um estudo de abordagem qualitativa, sob a perspectiva etnográfica da pesquisa em Educação. Recorreu-se à observação, a produção de notas de campo e a entrevistas com jovens, que ocuparam a escola. Concluiu-se que a experiência contribuiu para a formação histórica e cidadã crítica no processo de vivência com questões sobre as políticas públicas da educação, a autonomia para realização de atividades e a autogestão escolar estabelecida pelos jovens, que ocuparam as escolas. Visou-se, com esta pesquisa, compreender o lugar que os jovens ocuparam não apenas nas escolas, mas no exercício da cidadania e na luta pelo direito a uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: autogestão; jovens secundaristas; formação histórica.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da; SANTOS, Franciele Amaral Rodrigues dos. O protagonismo dos jovens secundaristas na ocupação da Escola Israel Pinheiro. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 70, p. 1-19, e25477, jul./set. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n70.25477>



Abstract: This paper approaches young people's protagonism during the occupation of schools in 2016. It aimed to analyze the contributions of occupations, as a form of struggle, to the historical formation and critical citizenship training of high school students. The research setting was the Israel Pinheiro State School in the city of Ituiutaba, in the state of Minas Gerais, in Brazil, which was occupied by students, as a form of protest against the Proposed Constitutional Amendment (PEC/55), the Provisional Measure (MP/746) and the Escola Sem Partido (ESP) project. As a methodology, it is part of qualitative research, inspired by the ethnographic perspective of research in Education, using observation, production of field notes and interviews with young people who occupied the school. It was concluded that the experience contributed to the historical formation and critical citizenship formation, involved in the process of experiencing issues related to public education policies, the autonomy to carry out activities and the school self-management established by them. It allowed us to understand the place of young people in exercising citizenship, in the fight for the right to free, quality public education.

Keywords: self-management; high school students; historical formation.

Resumen: Este artículo tiene como tema el protagonismo de los jóvenes en el contexto de la ocupación de escuelas en 2016. Tuvo como objetivo analizar los aportes de la experiencia de las ocupaciones secundarias, como forma de lucha, a la formación histórica y ciudadanía crítica de los jóvenes. gente joven estudiantes de secundaria. El escenario de la investigación fue la Escuela Estatal Israel Pinheiro, ubicada en la ciudad de Ituiutaba, en el estado de Minas Gerais, Brasil, que fue ocupada por estudiantes, como forma de protesta contra la Propuesta de Enmienda Constitucional (PEC/55), Medida Provisional (MP/ 746) y el proyecto Escola Sem Partido (ESP). Como metodología, se enmarca en una investigación cualitativa, inspirada en la perspectiva etnográfica de la investigación en Educación, utilizando la observación, la producción de notas de campo y entrevistas a jóvenes que ocuparon la escuela. Se concluyó que la experiencia contribuyó a la formación histórica y a la formación crítica de ciudadanía, involucrada en el proceso de vivencia de cuestiones relacionadas con las políticas públicas educativas, la autonomía para la realización de actividades y la autogestión escolar establecida por las mismas. Nos permitió comprender el lugar de los jóvenes en el ejercicio de la ciudadanía, en la lucha por el derecho a una educación pública gratuita y de calidad.

Palabras clave: jóvenes estudiantes de secundaria; formación histórica; autogestión.

Introdução

O modo de vida da juventude está relacionado à vivência em espaços e tempos específicos e à construção de identidades nas diversas realidades socioculturais. Para Carrano (2000), a juventude deve ser compreendida como uma complexidade variável: os jovens são diferentes porque diferentes são seus modos de viver, diferentes são seus espaços e tempos sociais, diferentes são suas identidades.

De acordo com Abramo e Branco (2005), “muito do que se escreve sobre juventude é para alertar para os deslizamentos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra” (Abramo e Branco, 2005, p. 37).

Spósito (1997) destaca que juventude é uma categoria histórica socialmente construída e marcada por instabilidades associadas a determinados problemas sociais. Nos anos de 1960, a juventude era considerada um “problema”, na medida em que podia ser caracterizada como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações no terreno dos comportamentos éticos e culturais. A partir da década de 1970, os aspectos socioeconômicos relacionados ao emprego e à entrada na vida ativa passam a ser o foco nos estudos sobre a juventude.

Nos anos da década de 1980, as pesquisas sobre gangues marcaram o interesse dos pesquisadores em razão da busca de compreensão dos aspectos responsáveis pelo aumento da violência juvenil. Nos anos de 1990, a juventude foi caracterizada pela transição de uma geração que valorizava a organização, a lógica e o raciocínio para uma geração que passa a cultuar o corpo, o prazer, o fragmentado e o indivíduo. Nos anos da primeira década do século XXI, o comportamento da juventude é visto como fenômeno que adquire visibilidade na cena cultural. A partir de 2013, movimentada pela instabilidade política, a mobilização juvenil se intensificou e se agravou nos anos seguintes.

Em 12 de maio de 2016, o vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo de presidente da República Brasileira, após o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, em consequência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal. Dentre as várias mudanças promovidas pelo novo governo, é possível destacar três ações: (i) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC/55), que impôs um limite ao aumento dos gastos públicos e o congelamento de verbas por um período de vinte anos, causando um impacto direto na área da educação; (ii) a Medida Provisória (MP/746), que propunha uma reforma no ensino médio, incluindo o aumento da carga horária e a flexibilização das disciplinas; (iii) a proposta conhecida como “Escola Sem Partido” (ESP), que tinha como

objetivo restringir a atuação dos professores em sala de aula, proibindo a abordagem de temas como política, religião, sexualidade e gênero. Todas essas medidas resultaram na mobilização dos estudantes do ensino secundário, que ocuparam escolas em protesto.

Nesta pesquisa, buscou-se compreender as experiências vividas pelos jovens que ocuparam a Escola Estadual Israel Pinheiro, localizada na cidade de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais, no Brasil. Por essa razão foi realizada uma análise das contribuições da experiência das ocupações secundaristas como forma de luta. Essas vivências dos jovens, em momento específico da história do país, constituem a formação histórica e cidadã crítica dos jovens estudantes do ensino médio.

O artigo está estruturado em duas seções distintas. A primeira seção apresenta a perspectiva metodológica. Na segunda, há uma análise dos impactos da ocupação nos estudantes do ensino médio.

A proposta metodológica da pesquisa

O ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu a partir da aproximação entre pesquisador e sujeitos investigados. Dessa maneira, essa relação foi marcada por envolvimento com as vozes dos sujeitos, os espaços, as ações, todos esses aspectos foram atravessados pela observação e análise com rigor científico. Por esse enfoque, recorreremos ao apoio teórico-metodológico da pesquisa qualitativa, cujos resultados podem ser considerados como fatores contribuintes para a compreensão da subjetividade humana e para intervenções em diversos aspectos na esfera sociocultural. A pesquisa qualitativa proporciona meios e oferece instrumentos para o estudo do processo de construção do conhecimento do sentido subjetivo do ser humano, a partir de suas interações sócio-histórico-culturais no meio em que vive. É possível compreender um sujeito por meio de uma leitura de sua interação com os outros e com o mundo em seu próprio espaço. Para Gonzáles Rey (2005), a pesquisa deve ter legitimidade, não apenas através do instrumentalismo presente nela, mas também pela epistemologia qualitativa que requer teoricamente um estudo que estabeleça relação com o construtivo interpretativo, a singularidade e a dialogicidade. Trata-se, portanto, do processo de construção do conhecimento por meio de elaborações e interpretações que sistematizam os resultados da pesquisa. Esse processo construtivo-interpretativo permite o desenvolvimento da pesquisa por meio de núcleos de significação teórica. Segundo Gonzáles Rey (2005),

[...] afirmar o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento implica também estabelecer uma diferença entre os termos interpretação e construção, já que toda interpretação é realmente uma construção. [...] a legitimidade do produzido é obtida por operações externas ao pesquisador, nas quais as ideias do pesquisador intervêm apenas no desenvolvimento dos procedimentos e não nos resultados da pesquisa. (González Rey, 2005. p. 7)

Neste estudo, inicialmente realizado com sujeitos e não com objetos, permite-nos recorrer a sensibilidade de Brandão (2003), ao afirmar a importância de considerar os componentes da pesquisa como sujeitos contidos de subjetividades e não como objetos, números contados e catalogados.

Aprendi o desenvolvimento científico de conhecimentos a respeito da identidade, da inteligência, da aprendizagem e das emoções de pessoas como e por que somos dessa maneira ou daquela. Poderia estar fundado aí para, a partir daí e pouco a pouco, contribuir para criar aquilo que nos possa fazer, e aos outros que virão, pessoas mais sábias, mais amorosas e mais equilibradamente fecundas e felizes. (Brandão, 2003. p. 34)

Nesse sentido, ao pesquisador não é permitido ser um “eu” que direciona a pesquisa por onde quer, uma vez que ela está acompanhada de embasamento teórico, que permite a comunicação com os outros sujeitos. Essa dimensão possibilita não apenas a busca de resultados, mas também a contribuição deste estudo na compreensão das ações dos sujeitos na sociedade.

O que se pretende acentuar é que o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito da formação histórica e cidadã crítica da juventude contou com inúmeros desafios, ainda que o comprometimento com este trabalho seja inerente ao processo de produção de conhecimento. Na medida em que o pesquisador organiza suas análises em categorias, também as considera instrumentos do pensamento, que expressam não só um momento do sujeito estudado, mas todo o contexto sócio-histórico-cultural em sua singularidade.

O campo da pesquisa foi a “Escola Estadual Governador Israel Pinheiro”. Essa escolha se deve em razão de essa instituição pública receber estudantes de diferentes segmentos sociais. A maioria é filho e filha de operários e de trabalhadores de diversos setores, advindos tanto de periferias quanto de regiões centrais. Esse recorte do campo de pesquisa ainda se insere no âmbito dos estudos de perspectiva etnográfica em Educação, o que exigiu do pesquisador o acompanhamento do processo da ocupação dos estudantes na escola. Além disso, seguimos com o propósito de analisar as vozes desses jovens. Necessariamente, para essa etapa, foram escolhidas as narrativas de alguns estudantes protagonistas da ocupação. Os critérios estabelecidos para a escolha desses sujeitos da pesquisa ocorrem em razão de esses jovens atuarem, do início ao fim, na participação da organização do movimento e nas atividades

realizadas durante todo o período da ocupação. No total, foram identificados quatro estudantes do ensino médio.

Iniciar as entrevistas sob um tema conflitante e polêmico, que requer, tanto do pesquisador quanto dos entrevistados, uma competência discursiva, significa saber o quanto isso poderia representar para quem acreditava que a luta dos secundaristas era válida e para quem afirmava que os jovens eram apenas crianças sendo doutrinadas por interesses políticos. Essas considerações eram oriundas da parcela conservadora da população. Assim sendo, recorremos à perspectiva da História Oral temática que se mostrou não como uma maneira de caracterizar o movimento dos jovens, mas como uma dimensão teórica aparentemente compatível com a necessidade de uma generalização. Consequentemente, elaboramos um questionário orientador para realização das entrevistas, seguindo o pensamento de Bom Meihy (2002), “a história oral temática não só admite o uso do questionário, mas mais do que isso, este se torna peça fundamental para a aquisição dos detalhes procurados” (Meihy, 2002, p. 14). Sendo assim, podemos considerá-las como fontes orais.

Meihy (2002) mostra que ao se assumir como manifestação contemporânea, a história oral mantém um vínculo inevitável com o imediato. Isso obriga reconhecer o enlace da memória com os modos de narrar. Para este trabalho, esse tipo de fonte torna-se fundamental por se tratar de tema referente à história imediata, processo vivido no tempo presente. As entrevistas com os jovens estudantes podem nos revelar como suas ações, durante as ocupações, fizeram algum sentido em suas vidas. Podemos refletir sobre como o contexto sócio-histórico do país os levou a refletir sobre a importância de um ensino público de qualidade. Além disso, buscamos compreender como essa experiência pode contribuir para a constituição de um pensamento histórico. Em busca dessas e outras respostas, recorremos às entrevistas.

A partir das narrativas oferecidas durante as entrevistas, foi possível compreender como é o desafio de ser jovem frente ao contexto sócio-histórico do país no evento da ocupação das escolas e principalmente quando se almeja alcançar algum sucesso entre a universidade e o mercado de trabalho. Após a realização das entrevistas, buscamos fazer as projeções analíticas de acordo com a perspectiva de Bom Meihy (2002), cumprindo as etapas da transcrição, contextualização e a transcrição das falas dos entrevistados.

Meihy (2002) organiza o trabalho na seguinte ordem: (i) transcrição: colocar as palavras ditas em estado bruto e manter perguntas e respostas, bem como repetições, erros e palavras sem peso semântico, sons do próprio ambiente; (ii) textualização: as perguntas são eliminadas, os erros gramaticais são retirados, as palavras sem peso semântico são reparadas e os ruídos do

ambiente são cortados. Tudo isso sem comprometer a essência do sentido da fala da pessoa, o que é chamado de “tom vital”; (iii) transcrição: o texto produz uma narrativa em sua versão final com todas as correções gramaticais e, depois de autorizado pelos colaboradores, pode ser integrado ao corpo da pesquisa.

Benjamin (1993) ressalta que as narrativas permitem trazer a experiência de volta à história. A narrativa tem sua dimensão utilitária, pode se constituir em ensinamento moral ou em uma gestão prática ou provérbio, ou uma forma de vida. Não são verdades absolutas. Não é uma rua de mão única. Reside aí a beleza das narrativas. O leitor é livre para interpretar. A narrativa conserva suas forças ao longo do tempo.

Em síntese, as fontes utilizadas para a pesquisa consistiram na produção das notas de campo, redigidas ao longo da ocupação e nas narrativas dos participantes da pesquisa. No próximo tópico, apresentamos as análises das narrativas, produzidas no contexto das ocupações.

As marcas da ocupação nos jovens estudantes

As vozes de jovens estudantes, que se situam às margens da discussão política, reivindicam seu lugar de fala, tomando para si o protagonismo de luta. E, dessa forma, o desejo dos secundaristas de participação nos debates relacionados a políticas públicas no campo da educação revelou o protagonismo juvenil. Assim sendo, essa participação parecia marcar a desconstrução da ideia de que adolescentes e jovens são irresponsáveis e alheios a assuntos relacionados à política. Nas narrativas, percebemos a interação dos jovens com processo de desmantelamento da educação provocado pelo governo.

Como principais agentes na esfera da educação, a partir das ocupações, os jovens saem da condição passiva de sentados na cadeira em sala de aula para sujeitos ativos com o intuito de promover mudanças na realidade da vida escolar. Isso significa que essa juventude parecia pensar no futuro do país consciente das bases construídas na história da educação no presente e no passado. Por um lado, esses jovens não apenas constroem história e sentidos para a educação, como também criam um espaço democrático onde ocupam lugar de fala e percebem como a escola passou por ressignificações no período em que esteve ocupada.

Para Cerri (2011), pensar historicamente é o exercício de se levar em consideração as informações de forma a compreendê-las em seu sentido temporal e os elementos que estão presentes e lhes dão sentido.

Existem vários sentidos para a ideia de pensamento histórico. Para nós, nesse momento, vamos definir que pensar historicamente é nunca aceitar as informações, ideias, dados etc. sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos: seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que se tinha quando se produziu o que é posto para análise. É nunca deixar de lado que todo produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem, e é decisivo saber quem são esses sujeitos, pois isso condiciona o sentido da mensagem. (Cerri, 2011, p. 59).

O pensamento histórico é inerente à experiência do sujeito no tempo como parte do processo da formação do indivíduo. Para Rüsen (2010),

Formação significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de autorrealização ou de reforço identitário. Tratam-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, às práxis e à subjetividade. (Rüsen, 2010, p. 95).

As interpretações de mundo e de si próprio ocorrem a partir das experiências de ações relativas do presente. Essas experiências estão relacionadas à busca de compreensão e de transformação da realidade política, social e cultural. Nesse sentido, o processo de formação histórica permite ao indivíduo estabelecer uma relação de orientação no tempo com a vida prática, suprindo as carências de orientação temporal. Para maior compreensão do processo de formação histórica, recorreremos ao teórico Rüsen (2001), em sua contribuição para a didática da História, quando explicita a que se refere formação histórica:

Com a expressão “formação histórica” refiro-me aqui a todos os processos de aprendizagem em que “história” é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana – em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. (Rüsen, 2001, p. 48)

Para o autor, o que se entende por consciência histórica “é a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possa orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (Rüsen, 2001, p.57). Os cartazes, que foram fixados nos portões da entrada da escola ocupada, revelam sinais da mobilização da consciência histórica dos estudantes. Vale destacar a seguinte frase inserida no cartaz: “O Estado não pode dar educação porque a educação derruba o Governo”. Essa afirmação parte de uma reflexão sobre o presente que se constitui do passado e se projeta no futuro. É um pensar historicamente.

O processo de vivência no tempo desperta intencionalidades para o homem, que vive em busca de superar suas próprias limitações. Para Rüsen (2001), há uma relação do homem

com o seu tempo e nela se enraízam as operações práticas da consciência histórica que são pesquisadas. Para o autor, o agir no tempo é um procedimento típico da vida humana.

Nesse sentido, a história que os secundaristas construíram com o evento das ocupações representa a interação dos jovens estudantes com questões políticas e sociais condizentes à realidade que vivenciaram. Demonstram que são participantes ativos no que diz respeito às leis e às obrigações do Estado para com a Educação. É possível perceber essa interação nas vozes dos secundaristas, mediante as declarações a respeito das razões que motivaram a atitude de ocupar. Vale pontuar o que diz o estudante:

Quando vimos os nossos colegas de outras escolas ocupando, pensamos ‘não podemos deixar eles com essa carga sozinhos, com essa luta sozinhos’. Fomos lá na escola ocupada, vimos como estava funcionando, voltamos, montamos assembleia. Passamos em diversas salas do ensino médio, que é uma galera que conhece mais, que entende mais as coisas, perguntando o que achava da ocupação, se ia ser necessário. Todos concordaram, mas na hora que ocupou que falaram assim “agora a gente precisa de ajuda para manter a organização, foi menos de um terço das pessoas que concordaram com a ocupação e a outra metade foram lá para querer desocupar, sendo que queriam a ocupação na hora. Então assim, foi uma coisa bem complexa, complicada. (Estudante Luís, 2017)

A decisão de ocupar a escola está ligada ao que os estudantes estavam acompanhando sobre as propostas de mudanças na Educação. Perceberam que a situação era complicada e que eles teriam uma oportunidade de contribuir para ajudar o movimento estudantil ao pressionar o governo a rever as propostas.

Para a estudante Michelle (2018), que inicialmente era contra o movimento, foi importante se informar e perceber que não poderia ficar alheia ao que estava acontecendo. Outra estudante, Maria, mesmo já prestes a concluir o ensino médio, demonstrou preocupação com as próximas gerações ao questionar as novas propostas do governo.

Para o estudante Luís (2017), as razões para a ocupação eram suficientes para toda a comunidade escolar se mobilizar. Para ele, as mais de mil instituições de ensino ocupadas foram poucas quando comparadas com a quantidade de escolas existentes no país. Ele chama a atenção para a falta de interesse da população para as questões públicas, como a PEC/55 compreendida pelos secundaristas como uma forma de sucateamento das escolas por meio da falta de investimentos.

Os estudantes alegavam que, se a PEC/55, conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, fosse aprovada, os investimentos na área da educação seriam mínimos. A PEC/55 impossibilitaria, dessa forma, as propostas da Medida Provisória nº 746/2016, que tratava da criação do Novo Ensino Médio. Em meio aos aspectos que provocavam as séries de

divergências existentes entre os dois lados, estudantes e governo, os jovens demonstravam preocupação com a situação futura dos estudantes ainda no ensino fundamental caso a PEC/55 fosse efetivada.

Um outro aspecto a ser considerado é o que diz respeito à construção do conhecimento dos estudantes, que se dava por meio da busca de informações sobre a PEC 241 (ou 55), a MP/746 e o Movimento denominado Escola Sem Partido. Participavam, assim, dos debates e das palestras sobre essas três temáticas promovidas por professores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e professores colaboradores da educação básica durante a ocupação. Vale pontuar o que diz o estudante:

Era meio que isso, nós procurávamos informações sobre as PEC's, a reforma. Conseguíamos informações, debatíamos sobre. Procurávamos entender, mas quando era um assunto mais complicado chamávamos alguém que entendia, geralmente era um professor de História ou Sociologia, ou às vezes Filosofia para explicar. Conversávamos com eles e conversávamos entre nós, para conseguir identificar pontos, prós e contras e era bem isso, eu acho, as informações que nós tínhamos, eram coisas que nós mesmos procurávamos. (Estudante Luís, 2017)

Percebemos que a presença de professores da área das Ciências Humanas contribuiu para maior compreensão dos acontecimentos que construía história no país. Reconhecendo a concretude dos acontecimentos, é possível afirmar que esses professores atribuíram racionalidade aos processos da consciência histórica dos jovens na articulação entre presente, passado e futuro. A seguir, na fala da estudante, é possível observar a compreensão da importância do conhecimento histórico para a vida prática.

[...] no ensino fundamental eu falava que não sabia porque estudar História se todo mundo já tinha morrido, mas depois aprendi que estudamos História para não cometermos os mesmos erros do passado. Então, acho que a disciplina de História teve um papel fundamental no pensamento crítico para não cometermos as mesmas coisas, para não ter um Holocausto novamente, o pior erro da humanidade, uma escravidão. Para não fazermos as mesmas coisas, a disciplina de História é muito importante. (Estudante Maria Vitória, 2018)

Como se pode constatar, os professores colaboradores, durante o período da ocupação das escolas, desempenharam o papel de mediadores para atender as necessidades dos secundaristas diante das dúvidas, além de ministrarem as aulas direcionadas para a preparação do ENEM, debates de temas variados, cinedebates entre outras atividades, como afirmado pela secundarista:

Nós fazíamos muito cinedebate à noite, principalmente com professores de humanas, mais História, Sociologia. E o cinedebate era muito bom, todo mundo elogiava, porque é algo que enriquecia muito. Ver como você pode aplicar a disciplina que você está vendo naquele filme, a gente conseguiu aplicar as teorias de Karl Marx em “Mad Max”, aquele filme “Isso aqui vai virar Chile” aonde mostra a ocupação dos meninos do Chile por sete meses, nossa! era muito rico. Não era só aula. (Estudante Maria Vitória, 2018)

A PEC/55 era um tema recorrente nas rodas de conversa e nos debates realizados durante as ocupações. Nesses encontros, os estudantes esclareciam dúvidas com os professores e se expressavam sobre as propostas da ementa constitucional. Pelo fato de a educação ser vista pelos jovens do ensino médio como um instrumento para alcançar um futuro com qualidade de vida, almejavam um mundo mais justo e igualitário onde todos pudessem ter acesso ao conhecimento e às novas tecnologias. Para aqueles estudantes, a resistência através da ocupação parecia ser uma forma de busca para um futuro melhor.

A ocupação foi uma forma de resistir. Eu venho de uma família classe baixa e as coisas nem sempre são fáceis. Eu imagino que a educação seja o único meio de eu conseguir chegar a algum lugar e ter uma vida mais fácil. Se eu estou numa escola sucateada que eu não consigo ter o ensino para conseguir competir com o aluno que vem de escola particular que tem melhor ensino, que tem tudo que precisa ali sem fazer esforço algum, como que eu vou conseguir entrar numa competição para entrar numa universidade? A forma que considero melhor é a de lutar. (Estudante Luís, 2017).

A narrativa do estudante Luís (2017) revela que a compreensão da temporalidade é fundamental para uma educação democrática. É imperativo entender o presente, tomar decisões e pensar no futuro. O estudante foi entrevistado um ano após a desocupação da escola, em dezembro de 2017. Ele sente pesar por não ter atingido o objetivo de frear os planos do governo com as ocupações. Mas se orgulha de ter participado do movimento estudantil contra o desmantelamento da educação. Considera a ocupação uma forma de luta válida.

Ao longo do estudo das narrativas dos estudantes, foi possível observar que a ocupação levou à necessidade de uma autogestão. Os estudantes organizaram aulas públicas pré-ENEM, rodas de conversa e debates com temas diversificados, palestras, atividades recreativas entre outras. A autogestão foi construída através da ação coletiva dos estudantes para administração do espaço escolar. Nesse sentido, a cooperação demonstrou ser o alicerce para uma gestão democrática e colaborativa. De acordo com a estudante Maria as tarefas eram divididas. Entretanto, não havia uma figura que “mandasse em tudo”. Todos eram líderes. As aulas públicas pré-ENEM eram ministradas por professores de instituições públicas e privadas, convidados pelos estudantes. Após a confirmação, os secundaristas montavam o cronograma.

Os estudantes organizavam-se e administravam o cotidiano da ocupação com cronogramas de atividades diárias. Identificamos a autonomia desses jovens para resolver as questões burocráticas para realização das aulas e atividades. No caso da estudante Maria, ela tomou as providências para conseguir professores dispostos a oferecer suas aulas na escola. Foi necessário que ela compreendesse como funcionava o currículo das disciplinas, para montar o quadro das aulas preparatórias para o ENEM. Em meio aos telefonemas para agendamentos, os cronogramas eram preenchidos com novas atividades durante todo o tempo dos estudantes na ocupação: aulas abertas preparatórias para o ENEM com professores voluntários de instituições de ensino públicas e privadas; atividades recreativas; palestras com professores universitários; colaboração de artistas com shows; oficinas.

Os jovens criaram sua própria rotina escolar montando cronogramas diários de atividades. Começando às sete horas da manhã, eles mantinham um cronograma cheio. Entre uma aula e outra, faziam os intervalos com atividades voltadas para discussões sobre a ocupação, as políticas públicas, os temas sobre a realidade social, como feminismo, racismo e liberdade religiosa, dentre outros.

Nós começávamos às sete da manhã no horário normal de aula e acabávamos às dez e meia da noite porque a gente pegava o horário normal das aulas na escola, que era das sete e meia da manhã às dez e meia da noite para o turno do noturno. Eu ia dividindo, enfiando umas coisinhas uma em cada lado, cada professor o jeito que podia. Os alunos participaram. Só que chegou um momento, que a ocupação começou a perder força e aí começou a dar pouca gente. (Estudante Maria Vitória, 2018).

De acordo com os cronogramas e a fala da estudante Maria Vitória (2018), os secundaristas tinham uma agenda cheia. A rotina na escola começava às 7 horas da manhã e se estendia até às 22 horas e 30 minutos. Mantiveram a escola funcionando no horário dos três turnos costumeiros da instituição, manhã, tarde e noite. A estudante afirma que em determinado momento a frequência dos alunos diminuiu e a ocupação começou a perder força. Os cronogramas eram divulgados diariamente na página do Facebook, criada para comunicação entre o movimento e a comunidade. As atividades e as aulas eram abertas para todos, que quisessem interagir. As postagens eram feitas através de celulares ou notebooks dos secundaristas.

Nas redes sociais tínhamos uma página no Facebook e os responsáveis eram o Tiago, eu e a Maria Vitória; sempre tentávamos postar; quando um saía e tinha que resolver algo o outro ficava no lugar para postar alguma coisa, para mostrar para o público o que estava acontecendo. Nós postávamos os cronogramas antes para eles ficarem cientes. Também conversávamos muito pelo WhatsApp, pelos grupos; tinha o grupo dos terceiros anos e repassava para as outras salas. Usávamos muito redes sociais, principalmente o Facebook; era o lugar onde nós mais nos comunicávamos e divulgávamos o que estava se passando lá. (Estudante Michelle, 2018).

O uso intensivo das redes sociais era para que a comunidade acompanhasse o cotidiano dos secundaristas durante as ocupações. Almejavam a visibilidade para as atividades desenvolvidas e a qualidade dos trabalhos realizados, em poucos dias de ocupação, com ajuda de voluntários de outras instituições de ensino. De acordo com a estudante Michelle (2018), sempre havia alguém disponível para verificar a página da rede social. Já a comunicação entre os ocupantes era feita via WhatsApp pelos seus celulares.

Adolescentes e jovens possuem uma relação mais estreita com a cibercultura. Isso os aproxima das notícias que estão na rede, como as opiniões populares cercadas de notícias sensacionalistas com fontes duvidosas. Lévy (1999) analisa a cibercultura em suas múltiplas dimensões. O autor considera que a partir dela surge uma nova relação com o saber, a formação e a construção da inteligência coletiva. A cibercultura caracteriza-se assim por favorecer a construção de uma nova maneira de pensar com o crescimento do ciberespaço. Nesse sentido, auxilia na construção do conhecimento como forma de emancipação do indivíduo e da construção da cidadania.

As relações que se estabelecem entre as pessoas na sociedade atual podem acontecer virtualmente, em plataformas digitais de redes sociais. Há nesses espaços um grande percentual de usuários que expressam opiniões. A seguir, uma estudante aponta as injúrias cometidas por usuários do Facebook na página da ocupação da EEGIP.

O envolvimento da ocupação com as redes sociais era bem forte, mas sempre tinham comentários negativos. Comentários preconceituosos. Surgiu um comentário, primeiro teve uma roda sobre feminismo, publicávamos as fotos das aulas, das oficinas que estavam tendo e um garoto comentou se as aulas eram rodas de conversa sobre feminismo e que só estava faltando ter aula de capoeira. E nós já tínhamos e fizemos questão de comentar que já tinha tido essa aula. Teve muito comentário racista, tinha um comentário bem preconceituoso, diminuindo a cultura, nossa! (Estudante Maria Vitória, 2018)

Considerando que a estudante Maria Vitória (2018) defende a cultura brasileira após comentário racista de internauta, é possível observar que há conhecimento da valorização de uma cultura construída com a inserção de várias outras, o que constitui a identidade brasileira. A consciência histórica é elemento orientador para a vida prática.

A página do Facebook foi extinta após a desocupação devido à hostilização de internautas nos comentários. Quando iniciamos esta pesquisa, ela já não existia mais para recolhimento de informações. Nas palavras dos estudantes, as injúrias postadas na página do Facebook eram ocasionadas por informações distorcidas que circulavam nas redes. Esse fato demonstra a necessidade de estabelecer mais rigor na utilização das redes sociais.

Em relação às aulas na ocupação da EEGIP, pudemos perceber um rompimento com o modelo tradicional de educação: aulas com estudantes enfileirados e olhando um para a nuca do outro. Nesse cenário, o professor aparece como figura central, representando ser detentor do conhecimento a ser transmitido. As narrativas dos estudantes demonstram que embora as aulas estivessem acontecendo no refeitório, por ser o espaço mais amplo de que a escola dispunha, perceberam que a mudança dos padrões das aulas despertava maior interesse no aprendizado escolar. Elementos como a abertura ao diálogo, as aulas práticas e os professores interessados na construção do conhecimento com os estudantes fizeram a diferença na concepção desse aprendizado, que ocorria sem os padrões limitadores das aulas tradicionais.

As narrativas dos participantes da pesquisa revelaram que as aulas contribuíram para a compreensão do conteúdo das disciplinas. Para além participação nas aulas e atividades extracurriculares, os estudantes garantiam a organização e a limpeza do espaço escolar. Tinham acesso à cozinha da escola para preparação das refeições com os mantimentos que conseguiam arrecadar das comunidades. A estudante Michelle (2018) afirma que conseguiram ajuda até da igreja localizada próxima à escola EEGIP.

Nós convidamos as pessoas para conhecerem lá. A nossa escola fica perto de uma igreja a São Francisco de Assis, eu frequento lá e o padre era contra, então eu o chamei para ver como era o movimento e sempre quando precisávamos de alimento ele nos socorria. Muitas vezes era só falta de ir lá conhecer. (Estudante Michelle, 2018).

Os secundaristas se dividiam em blocos para as tarefas de limpeza de um setor, de modo que a escola era limpa pontualmente todos os dias. A limpeza era feita de forma coletiva. As narrativas dos estudantes revelam que a divisão das tarefas era feita de forma democrática, sem sobrecarregar ou impor a alguém executar determinada tarefa. Ao contrário da normatividade da rotina escolar, enquanto a escola era lavada somente aos sábados, durante a ocupação era limpa diariamente. As aulas e atividades aconteciam em um ambiente limpo e organizado. O que se pode compreender é que a experiência com a ocupação da escola EEGIP pode ser vista como uma nova forma de interação entre os jovens, como mostra o trecho a seguir da fala de uma estudante:

[...] estávamos cuidando daquela escola como se fosse a nossa casa, nós passamos vinte e seis dias ali morando, dormíamos, fazíamos nossa alimentação, só não tomávamos banho ali porque não tinha jeito, mas ali foi nossa casa, durante os vinte e seis dias. (Estudante Amanda, 2018)

Podemos identificar na fala da estudante Amanda (2018) que a escola mostrou ser o lugar em que os jovens passavam quase todo o período do dia. Fizeram dela sua própria casa durante a ocupação. Dessa forma, a interação entre os ocupantes estreitou-se. Antes da ocupação, esses jovens viam-se apenas algumas horas por dia.

Adentramos no universo juvenil contemporâneo na tentativa de compreender quais são as representações desses jovens na sociedade. Para isso, não podemos deixar de pensar sobre o lugar que ocupam nos espaços públicos e dos usos que eles atribuem a esse espaço. Interessamos o que eles professam nos espaços de socialização, a forma que constroem identidades e atitudes, que permeiam as manifestações cidadãs. Buscamos compreender como os jovens, nessa condição social, demonstram subjetividades que marcam trajetórias através de suas ações e, ainda, como constroem relações que marcam transformações no mundo e nos espaços por onde circulam. Pensando nesses jovens como sujeitos históricos, agentes de transformações do lugar que ocupam, seguimos a concepção de Corrêa (2010) sobre o espaço público:

A concepção aqui proposta define *espaço público* como um espaço *vital*, necessário para cada indivíduo construir, consciente e criativamente, sua identidade seus projetos e seus sonhos, enfim, sua dignidade de sujeito racional, a partir de direitos fundamentais socialmente reconhecidos. (Corrêa, 2010, p. 35)

A inclusão do jovem nos espaços públicos é uma forma de contribuir para a construção de sua identidade, além de alcançar visibilidade por meio de representações sociais de múltiplas maneiras, como em manifestações políticas, em expressões artísticas e até mesmo em resenhas ocasionais. Com isso, define sua posição como pessoa livre, ativa e capaz de ocupar seu lugar para que, ao chegar na vida adulta, não lhe seja imposto algum lugar específico. Vale pontuar o que diz o Estatuto da Juventude ao propor a inclusão do jovem no espaço público:

Art. 4º - O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil: I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais [...] (Brasil, 2013, p.27).

As representações sociais e recriações dos espaços moldados pela juventude podem ocorrer nas diversas modalidades de expressões, ou seja, nas vestimentas, nos estilos de cabelos, no uso de acessórios, nos estilos musicais. Todos esses aspectos expressivos permitem ao jovem alcançar maior visibilidade.

Nesse sentido, uma resenha na porta da escola, as músicas mais tocadas e ouvidas por esse público que é foco da cultura de consumo, uma passeata contra medidas governamentais, as ocupações de escolas públicas, são atos que se configuram como exercício de cidadania. Para Corrêa (2010), “a cidadania, com isso, passa a ser entendida como um processo dinâmico e conflitivo, de construção desse espaço público anteriormente citado”. Essas representações ficaram evidentes no cotidiano das ocupações por meio das atividades realizadas pelos secundaristas e da socialização entre eles, a saber, a escola “reinventada” durante a ocupação da EEGIP.

O tempo de interação entre os jovens no espaço público é livre para exercer outras atividades. Nesse caso, a escola como espaço público formal, durante as ocupações, tornou-se palco de ações de jovens estudantes, que modificaram as representações da normatividade do espaço escolar. As atividades promovidas pelos secundaristas podem ser consideradas uma ressignificação para o sentido atribuído à escola, uma vez que deram um novo sentido para os usos que podem ser atribuídos ao espaço escolar.

A estudante Maria Vitória (2018) considerou a experiência da ocupação enriquecedora. Durante as semanas da ocupação, o conhecimento foi construído através de um processo elaborado pelos secundaristas de forma dinâmica e fora dos padrões da escola tradicional. Para ela, o aprendizado não se deu apenas para o vestibular, mas para a vida, a partir das rodas de conversa e debates em torno de temas relacionados à realidade social.

Young (2007) mostra que o tipo de conhecimento que a escola deveria proporcionar precisa estar relacionado a uma nova forma de ver o mundo. Sobre o conceito de conhecimento, Young (2007) afirma:

Ao usar a palavra “conhecimento” em termos gerais, considero útil fazer uma distinção entre duas ideias: “conhecimento dos poderosos” e “conhecimento poderoso”. O “conhecimento dos poderosos” é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de “conhecimento dos poderosos”. Assim, precisamos de outro conceito, no enfoque do currículo, que chamarei de “*conhecimento poderoso*”. Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo. Também é isso que os pais esperam, mesmo que às vezes inconscientemente, ao fazerem sacrifícios para manter seus filhos na escola. Esperam que eles adquiram o conhecimento poderoso, que não é disponível em casa. (Young, 2007. p. 1294)

Discutir temas relacionados a políticas educacionais é uma forma de despertar interesse nos jovens sobre como se posicionar, na sociedade, como cidadão. Assim sendo, cabe ao

currículo do ensino médio possibilitar o debate entre os jovens sobre a temática das políticas educacionais. De forma autônoma, os secundaristas buscaram desenvolver algumas dinâmicas nesse sentido.

Em vários momentos, no período da observação, verificamos os estudantes reunidos em rodas de conversa e debates que mostraram que a sala de aula pode ser mais do que sentar em cadeiras e fazer atividades escritas. Com cooperação e organização da gestão escolar, dos professores e dos estudantes, esse espaço pode ser um espaço dinâmico de interação, de diálogo e de construção mútua de conhecimento e de troca de saberes.

Com a autonomia, vieram também as responsabilidades. Os secundaristas cumpriam os horários e sabiam que o que estava em jogo era algo maior do que a falta das aulas tradicionais. Os estudos tinham deveriam continuar, inclusive nos finais de semana, conforme relatou uma das participantes da pesquisa. Pensavam em estabelecer daquela vivência na ocupação algo que pudesse permanecer na escola após a ocupação. Entretanto, não conseguiriam alcançar esse objetivo sem o apoio da direção. A ocupação instigou os estudantes a uma releitura de mundo. Esse novo ângulo de visão permitiu aos jovens não apenas a compreensão da realidade da sociedade, mas a construção de conceitos e desenvolvimento de habilidades relacionadas às práticas de leitura, à elaboração do pensamento crítico, à produção de argumentos. Além disso, a reprodução de culturas juvenis no espaço escolar foi identificada em diversas atividades na ocupação, como a música presente nos intervalos entre uma aula e outra com a disputa de *rap*, despertando, dessa forma, o lado artístico cultural dos estudantes.

No que diz respeito à prática do lazer na rotina dos ocupantes, os estudantes explicam que havia horário para recreação previsto no cronograma de atividades com a colaboração de professores. Sobre o lazer das juventudes, Brenner; Dayrell; Carrano (2008) elucidam que:

Na prática do lazer, os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. (Brenner; Dayrell; Carrano, 2008, p. 177).

Durante o período de ocupação das escolas, as atividades recreativas dos jovens funcionavam como um incentivo para que os estudantes pudessem frequentar as escolas fora dos horários de aula normal. Prevista no cronograma e com o apoio de professores, de universitários e de voluntários, a prática de esporte tornou-se a mais corriqueira.

Em síntese, abordamos nesse tópico as experiências vividas pelos jovens estudantes no contexto de ocupação da EEIP. Na continuação do texto, partimos para as considerações finais.

Considerações finais

Os estudos, realizados ao longo da investigação proposta, neste trabalho, não apenas nos revelou como se deu a experiência dos jovens secundaristas como protagonistas das ocupações, mas principalmente trouxe contribuições para a descrição do processo de ocupação escolar. Como se pode constatar, a formação histórica e cidadã crítica constitui a vivência de jovens estudantes no exercício da participação nas políticas públicas da educação, na autonomia para realização de atividades e na autogestão escolar estabelecida por eles.

O engajamento dos estudantes secundaristas jovens ituiutabanos da ocupação da EEGIP contra a PEC/55, a MP/746 e o Escola sem Partido nos permitiram uma reflexão acerca do lugar dos jovens no exercício cidadão, na luta pelo direito a uma educação pública e de qualidade. Ao se posicionarem contrários ao desmantelamento da educação, como corte de verbas nessa área, delineararam o comprometimento com o processo de formação escolar para escolhas futuras no mercado de trabalho e no ingresso no curso superior. Percebemos nas narrativas dos participantes da pesquisa a preocupação com o futuro e o desejo de uma formação efetiva, a fim de possibilitar uma concorrência amplamente mais justa para o ingresso no curso superior, bem como sua permanência na universidade.

A pesquisa revelou o que os estudantes do ensino médio pensam sobre a escola, quais são seus desejos de mudanças e qual é a necessidade da visibilidade em assuntos direcionados a políticas públicas sociais voltadas para a educação. Nesse sentido, foi possível compreender o conhecimento dos jovens que construíram história na ocupação das escolas, a partir de suas experiências, criatividade, expressões culturais e identidades. Os resultados dessa investigação permitiram-nos ainda fazer uma reflexão sobre a necessidade de repensar a prática pedagógica dos profissionais docentes e de resistir à mera formação mercadológica, que pode vir a mudar o cenário educacional e propiciar aos estudantes uma formação humana voltada para a compreensão de nossa estrutura social.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte política*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: do número ao nome, do caso à pessoa, da solidão à partilha*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 31-66.
- BRASIL, Secretaria Nacional da Juventude. *Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil - Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44. 218 p.
- CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CORRÊA, Darcísio. *Estado, cidadania e espaço público: as contradições da trajetória humana*. Ijuí: Unijuí, 2010.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- RÜSEN, Jörn. *História viva - teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica - teoria da história: fundamentos da ciência da história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- SPOSITO, Marília Pontes (Org.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.
- YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, [s.l.], v. 28, n. 101, p.1287-1302, dez. 2007.